



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

*Processo Administrativo nº 079/2024*

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE/BA. CNPJ: 13.827.024/0001-02**, por intermédio do Agente Público de Contratação, Sr. Milton Couto Ribeiro Bloisi, realizará processo de habilitação no intuito de credenciar Leiloeiros Públicos Oficiais, pelo prazo de 12 (doze) meses, permitindo a qualquer tempo a inscrição de novos interessados, desde que atendam aos requisitos do Chamamento Público, nos termos do Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, da Instrução Normativa DREI nº 72, de 19 de dezembro de 2019, do Decreto nº 11.461, de 31 de março de 2023 e da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

#### 1-DO OBJETO

1.1. Contratação de Leiloeiro Público Oficial mediante credenciamento, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba para execução de leilão de bens móveis inservíveis através de plataforma eletrônica, conforme condições e critérios estabelecidos neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR
1	Contratação de Leiloeiro Público Oficial que utilize plataforma eletrônica para a realização de leilão de bens móveis inservíveis.	MESES	12	5% a ser pago pelo arrematante sobre o valor do Bem alienado

1.2 – O contrato firmado com o leiloeiro terá vigência limitada a 12 (doze) meses para a execução total do objeto, prorrogável única e exclusivamente com base no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 2-DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para o perfeito entendimento deste Edital de Credenciamento, são adotadas as seguintes definições:

2.2. Contratante – a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba, órgão da administração pública direta, que pactua a prestação de serviço por leiloeiro oficial para atuação com o mandatário (a) do Município de São Felipe;

2.3. Contratada/Mandatária do Município de São Felipe/Ba: Leiloeiro(a) Público Oficial que atua como mandatário(a) do Município.

2.4. Contrato de Prestação de Serviços: instrumento jurídico padrão que regula a prestação de serviços realizados pela mandatária a favor da Administração Pública, que deve conter as atribuições delegadas, as limitações do mandato e a forma de remuneração pelos serviços.

2.5. Credenciante – a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE/BA.

2.6. Termo Único de Credenciamento – instrumento firmado com Leiloeiros Públicos Oficiais declarados credenciados para atuar como mandatários do Município de São Felipe/Ba no atendimento ao objeto deste Edital mediante formalização de contrato.

2.7. Contagem de Prazo – os prazos fixados em meses ou contam – sede data a data, sendo que, sendo mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último



### 3- DO PRAZO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

3.4. A escolha do leiloeiro para realização do certame referido no item 1.1 ocorrerá entre os que se habilitarem no prazo previsto no item 3.2.

#### 4-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.3. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em







## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE

5.4.2.Termo de Compromisso (Anexo 02 do Termo de Referência);

5.4.3.Declaração de Infraestrutura (Anexo 03 do Termo de Referência);

5.4.4.Declaração de Aptidão e Conhecimento (Anexo 04 do Termo de Referência);

### 5.5. Outros documentos:

5.5.1. Os leiloeiros interessados deverão apresentar Pedido de Credenciamento (Anexo 01 do Termo de Referência), contendo obrigatoriamente os documentos comprobatórios de sua habilitação jurídica e técnica, previstas neste Edital.

### 5.6. Quanto à formalização do Instrumento de Credenciamento:

5.6.1.Uma vez publicado o Rol de Credenciados, o Edital estabelecerá prazo para que os credenciados formalizem o Termo de Credenciamento (Anexo 05 do Termo de Referência);

5.7. A não assinatura do Instrumento de Credenciamento poderá ser entendida como recusa injustificada, ensejando a imediata exclusão do rol dos selecionados, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## 6-DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. O Leiloeiro Oficial interessado deverá enviar ao setor de licitações da Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba a documentação descrita no capítulo 5 supra, juntamente com o pedido de credenciamento ali descrito, exclusivamente, por peticionamento eletrônico.

6.2. Os documentos de habilitação devem ser enviados, via e-mail para o endereço "[licitacaosaofelipe@gmail.com](mailto:licitacaosaofelipe@gmail.com)" com cópias autenticadas ou com certificação digital.

6.3. A ausência de qualquer dos documentos exigidos neste Edital para habilitação, bem como a presença de documentos incompletos ou em desacordo com este Edital, com rasuras, entre linhas ou com a validade expirada, acarretará a inabilitação do proponente.

6.4. Os documentos deverão estar regulares quanto aos prazos de validade neles previstos.

6.5. O exame e julgamento da documentação recebida serão realizados pela Comissão de Credenciamento, a qual poderá conceder prazo adicional para complementar o envio de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses.

## 7 - DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DA ELABORAÇÃO DO ROL DE CREDENCIADOS

7.1. A análise da documentação será processada em conformidade com as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

7.2. A Comissão de Credenciamento verificará se os documentos apresentados cumprem os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação técnica, declarando o proponente habilitado.

7.3. Serão declarados inabilitados os interessados que não cumpram com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

7.4. Considerar-se-á habilitado o(s) interessado(s) cujos documentos tenham atendido às exigências contidas neste Edital.

7.5. O Município de São Felipe divulgará a relação de credenciados no Diário Oficial do Município (<https://doe.inf.br/ba/saofelipe/diario-oficial/>) e no PNCP.

### 7.6. Da Classificação:

7.6.1. A relação numerada de Leiloeiros Oficiais credenciados será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e o rodízio dos leiloeiros, e será rigorosamente seguida conforme o **critério de antiguidade de registro do leiloeiro na Junta Comercial do Estado da**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE

### Bahia - JUCEB.

7.6.2. O Leiloeiro que rejeitar a designação, ou estiver suspenso/impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem de classificação.

7.6.3. Havendo descredenciamento de Leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

### 8 – DA VIGÊNCIA E INCLUSÃO NO ROL DOS CREDENCIADOS

8.1. O Sistema de Credenciamento será mantido em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, permitindo a qualquer tempo a inscrição de novos interessados, desde que atendam aos requisitos do chamamento público.

8.2. O leiloeiro que solicitar sua inclusão no Rol de Credenciados publicado pelo Município de São Felipe/Ba, desde que tenha sua documentação aprovada, será incluído na última posição da lista dos integrantes, devendo-se observar que:

8.2.1. As novas inclusões no Rol de Credenciados serão registradas com base na ordem de protocolo das licitação junto à Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba.

8.2.2. Os novos credenciados serão habilitados a compor o banco de credenciados pelo prazo remanescente do credenciamento, prazo este contado a partir da data de sua efetiva habilitação.

### 9–HOMOLOGAÇÃO

9.1. Os procedimentos adotados pela Comissão de Credenciamento na condução e no julgamento da documentação de habilitação prevista neste Edital de Credenciamento serão homologados pela autoridade competente.

### 10–CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LEILOEIRO CREDENCIADO

10.1. Quanto à seleção do leiloeiro credenciado, o critério de acionamento do leiloeiro credenciado para prestar os serviços será a ordem definida no rol de credenciamento, conforme estabelecido no item 7.6.1, deste edital e ainda a disponibilidade de bens móveis inservíveis destinados ao leilão.

10.2. A seleção e contratação do leiloeiro credenciado ocorrerá por objeto a ser leiloado, encerrando-se os serviços concomitantemente a finalização dos atos de conclusão do leilão respectivo, permanecendo vigente o contrato para que o contratado possa realizar novos leilões, sempre seguindo-se a alternância e a ordem de credenciamento prevista no item 7.6.1.

### 11–DESCREDENCIAMENTO

11.1. Haverá o cancelamento do credenciamento do leiloeiro, nos seguintes casos:

11.1.1. Receber 03(três) advertências pelo mesmo motivo;

11.1.2. Recusa injustificada em assinar o Contrato para realização das atividades objeto deste Edital;

11.1.3. Omissão de informações ou prestação de informações inverídicas para obter credenciamento em face do presente Edital;

11.1.4. Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

11.1.5. Falsidade ideológica;

11.1.6. Infração à Lei, bem como à legislação de regência;

11.1.7. Descumprimento na execução dos serviços a serem realizados pelo credenciado como negligência, imprudência e imperícia;

11.1.8. Cessão total ou parcial da prestação do serviço sem a anuência da Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba;





11.1.12. Deixar de efetuar publicação do edital de leilão em, no mínimo, em sítios eletrônicos oficiais.

11.2.2. A Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba não se responsabiliza pelo pagamento de nenhum valor em decorrência do cancelamentodo credenciamento;

11.3. Também será cancelado o credenciamento a pedido, desde que o credenciado não possua atividade pendente de conclusão.

11.3.1.No caso de o leiloeiro pedir o seu descredenciamento, havendo obrigações "em aberto",o deferimento do pedido fica condicionado ao seu cumprimento integral.

11.4. O leiloeiro deverá ser formalmente notificado do cancelamento do seu credenciamento.

11.5. O descredenciamento será precedido de observância ao contraditório e ampla defesa.

## 12-DOS RECURSOS

12.1.O prazo de recurso relativo ao julgamento da documentação será de até 5(cinco)dias úteis apartir da data da divulgação de habilitação.

12.2. Interposto, o recurso será comunicado aos demais participantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5(cinco) dias úteis.

12.3.O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.3.1. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

12.3.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### 13-DO TERMO DE CONTRATO

13.1.Quanto ao Contrato de Prestação de Serviços, destaca-se que somente serão chamados a firmar contrato de prestação de serviços correspondentes ao objeto deste Edital, os leiloeiros que assinaram o Instrumento de Credenciamento junto à Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba, observando que:

13.1.1. O Leiloeiro Oficial selecionado será convocado a celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação através de correio eletrônico e/ou notificação pessoal;





13.1.3. O prazo de vigência do contrato firmado com cada leiloeiro será de 12(doze) meses, prorrogável única e exclusivamente com base no art.107 da Lei Federal nº14.133/2021.











A contratação de leiloeiro especializado é uma medida estratégica e imprescindível para a administração pública, especialmente quando se trata da gestão e alienação de bens móveis inservíveis, produtos apreendidos, ou itens recuperados em processos judiciais. Esses bens podem incluir veículos, equipamentos, móveis, e outros itens que não têm mais utilidade para o órgão ou entidade, mas que ainda possuem valor econômico.

**a) Maximização do Valor dos Bens:** O leiloeiro, com sua expertise e conhecimento de mercado, é capaz de avaliar e promover os bens de forma a obter o melhor valor possível. O processo de leilão, quando conduzido por um profissional qualificado, permite que os bens sejam vendidos a preços justos e que reflitam seu verdadeiro valor de mercado. Isso contribui para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

**b) Transparência e Conformidade Legal:** A realização de leilões públicos, conduzidos por leiloeiros especializados, assegura que o processo de venda de bens seja realizado com total transparência. A presença de um leiloeiro habilitado garante que todos os procedimentos sejam seguidos conforme as normas legais, evitando qualquer possível questionamento sobre a lisura do processo e garantindo a conformidade com as exigências da Lei de Licitações.

**c) Eficiência Administrativa:** O uso de leiloeiros especializados permite à administração pública concentrar seus recursos e esforços em outras atividades essenciais, enquanto o leiloeiro assume a responsabilidade pelo processo de venda. Isso promove uma administração mais eficiente e reduz a carga de trabalho do órgão responsável pela gestão dos bens.

**d) Experiência e Especialização:** Leiloeiros possuem habilidades técnicas específicas e experiência no mercado de leilões, o que lhes confere uma capacidade superior para conduzir as vendas de forma eficiente. Eles estão familiarizados com os melhores métodos para atrair compradores e maximizar a participação no leilão, o que é crucial para obter os melhores resultados financeiros.

**e) Flexibilidade e Adaptação:** A contratação de leiloeiros por meio de um procedimento de credenciamento proporciona flexibilidade para ajustar a contratação conforme as necessidades do órgão. Em vez de passar por um processo licitatório completo a cada leilão, o credenciamento permite a seleção de profissionais conforme a demanda, o que pode ser mais ágil e adaptável às circunstâncias variáveis.

**f) Desburocratização:** O procedimento de credenciamento é uma forma eficiente de desburocratizar o processo de contratação de serviços técnicos especializados. Ao permitir que os leiloeiros se credenciem e sejam habilitados previamente, o processo de contratação para cada leilão específico se torna mais rápido e menos oneroso.





2.2. Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei.

$$\begin{bmatrix} \vdots \\ \vdots \\ \vdots \end{bmatrix}$$

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

$$[\dots]$$

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

**I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas:**

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

$$[\dots]$$

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração. (grifo)





### 3. DOS SERVICOS

#### 4. DOS MATERIAIS A SEREM LEILOADOS

## 5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.2. É vedada a participação de:

- 5.3. O descredenciamento do Leiloeiro Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e





#### 5.4. Da Habilitação Jurídica:

- ### 5.5. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 5.6. Os leiloeiros interessados deverão apresentar Pedido de Credenciamento (Anexo 01 do Termo de Referência), contendo obrigatoriamente os documentos comprobatórios de sua habilitação jurídica e técnica previstas neste Edital.

5.7.1. Apresentar no mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica que comprove leilão realizados nos **02 (dois) últimos anos**.

- 5.7.2. Termo de Compromisso (Anexo 02 do Termo de Referência);  
5.7.3. Declaração de Infraestrutura (Anexo 03 do Termo de Referência);  
5.7.4. Declaração de Aptidão e Conhecimento (Anexo 04 do Termo de Referência);

5.8.1. Os leiloeiros interessados deverão apresentar Pedido de Credenciamento (Anexo 01 do Termo de Referência), contendo obrigatoriamente os documentos comprobatórios de sua habilitação jurídica e técnica, previstas neste Edital.

6.1. Verificar os lotes dos bens a serem alienados e auxiliar na melhor organização e identificação destes lotes;

**Praça Cônego José Lourenço, 42 – Tel. (75) 3628-2021 Fax – (75) 3628-2047**  
**CNPJ – 13.827.027/0001-02 – CEP – 44. 550-000 – São Felipe – Bahia**

6.3. Divulgação do edital dos leilões de forma ampla ao público em geral, por meio de material impresso, mala direta, publicações em jornais e na *internet*, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de comunicação, para melhor aferição de suas características e de seu estado de conservação;

6.4. Responder ou justificar sua impossibilidade, de imediato, ato das indagações formuladas pela Prefeitura Municipal de São Felipe;

6.5. Excluir bens dos lotes sempre que assim determinar a Prefeitura Municipal de São Felipe;

6.6. Comparecer ou nomear preposto igualmente credenciado para participar de reuniões convocadas nas representações da Prefeitura Municipal de São Felipe; e

### 6.7. Manter seus dados cadastrais atualizados.

## 7. DAS OBRIGACÕES DA CONTRATANTE

7.1. A avaliação formal do bem a ser alienado, e a declaração prévia do bem como inservível, sendo classificado como ocioso, antieconômico ou irrecuperável.

7.2. Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto deste termo de contrato.

7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, através da Comissão de Desfazimento, especialmente designada.

7.4. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8. DA CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O contratado deverá prestar os seguintes serviços, sem quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de São Felipe:

8.1.1. Planejar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração, todas as fases da alienação e executá-la sem conformidade com este planejamento;

8.1.2. Auxiliar a Secretaria Municipal de Administração na composição de lotes de bens para venda, de modo a torná-los atrativos para o mercado;

8.1.2.1. Os lotes permanecerão custodiados nas dependências da Prefeitura Municipal de São Felipe até a sua retirada pelo arrematante na alienação;

8.1.3. Avaliar os bens e sugerir os preços mínimos dos lotes, que ficarão sujeitos à aprovação pela Comissão de Desfazimento da Prefeitura Municipal de São Felipe designada pela **Portaria nº 030/2023, de 26 de dezembro de 2023;**

8.1.4. Conduzir as atividades necessárias à realização da alienação, assim como verificar e aprovar previamente o edital, especificações de bens a leiloar, cartas de adjudicação e demais











10.4. Não haverá qualquer obrigação para a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba caso, ao encerramento da vigência do credenciamento, algum leiloeiro credenciado não venha a ser convocado para prestar os serviços, em função de sua colocação no banco de credenciados.

**f) Possuir sítio eletrônico adequado à realização da hasta pública conforme art.31,§2º,inc.Iv da Lei Federal nº 14.133/c/c artigos 3º e 4º do Decreto 11.461/2023, contendo minimamente as seguintes informações:**

- Praça Cônego José Lourenço, 42 – Tel. (75) 3628-2021 Fax – (75) 3628-2047**  
**CNPJ – 13.827.027/0001-02 – CEP – 44. 550-000 – São Felipe – Bahia**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE

que for recebido e registrado em primeiro lugar;

11.2. A cada lance ofertado, via internet, informar imediatamente o participante de seu recebimento e respectivo valor, ou seja, durante o transcurso da sessão pública, os participantes deverão ser informados, em “tempo real”, do valor dos lances registrados. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

### **12. DOS CRITÉRIOS PARA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS LEILOEIROS CREDENCIADOS**

12.1. As alienações, independentes da quantidade de lotes, somente poderão ser realizadas pelo leiloeiro que estiver contratado e durante a vigência do Contrato.

12.2. A Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba convocará o primeiro colocado para assinar o contrato, em data a ser definida, de acordo com a oportunidade e conveniência do município.

12.3. A convocação para assinatura do contrato de prestação dos serviços obedecerá ao ordenamento conforme estabelecido no item 10 deste instrumento.

12.4. O leiloeiro contratado realizará apenas uma sessão pública de alienação.

12.4.1. Após a execução integral de todas as etapas do objeto contratado, o contrato se dará por encerrado.

12.5. Havendo a necessidade de realização de nova alienação, o próximo leiloeiro do banco de credenciados será convocado.

12.6. Em caso de não comparecimento do leiloeiro no prazo de até 05(cinco) dias úteis após a convocação, a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba convocará o próximo leiloeiro do banco de credenciados para promover a assinatura do contrato.

12.7. O leiloeiro que não se apresentar para assinatura do contrato na sua ordem de convocação, só será demandado novamente após a convocação de todos os demais leiloeiros que compõem o banco de credenciados.

12.8. Quando todos os leiloeiros credenciados forem demandados, a distribuição das alienações será reiniciada, voltando a ser convocado o primeiro leiloeiro da lista.

12.9. Após assinatura do contrato com a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba, o Leiloeiro contratado terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis para dar início a Prestação dos Serviços e 30 (trinta) dias úteis para a realização da Alienação.

12.10. O leiloeiro contratado que recusar o serviço durante a validade do contrato terá seu contrato rescindido, caso em que será convocado o próximo leiloeiro na ordem do banco de credenciados.

### **13. SUBCONTRATAÇÕES**

13.1. Estão aptos a participar do credenciamento os Leiloeiros que estiverem adimplentes com as documentações previstas no art. 2º do Decreto 21.981 de 19/12/1932. Considerando que a atividade é personalíssima, NÃO SE ADMITIRÁ A SUBCONTRATAÇÃO das atividades, nos



**Praça Cônego José Lourenço, 42 – Tel. (75) 3628-2021 Fax – (75) 3628-2047**

**CNPJ – 13.827.027/0001-02 – CEP – 44. 550-000 – São Felipe – Bahia**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE

15.3.2. Atraso até o 2º (segundo) dia, multade 2% (dois por cento) sobre o valor total da avaliação dos bens a serem leiloados;

15.3.3. A partir do 3º (terceiro) dia até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 5% (cinco por cento), caracterizando-se a impossibilidade da obrigação a partirdo 6º(sexto) dia de atraso sem prejuízo da multa de até 10% (dez por cento).

15.3.4. A critério da Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação do serviço for devidamente justificado pelo Leiloeiro Oficial contratado, por escrito, no prazo máximo de 5(cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Administração, que fixará um novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

15.3.5. As multas previstas nesta seção não eximem o Leiloeiro Credenciado e contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

### 16. DA VIGÊNCIA

16.1. O Credenciamento terá validade por 12 (doze) meses, a contar da publicação do seu resultado definitivo no Diário Oficial do Município, podendo a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba, dentro desse prazo, realizar tantos leilões quanto forem necessários para atender suas necessidades de alienação de bens móveis por venda.

16.2. O contrato a ser celebrado será válido por 01(um) certame para cada Leiloeiro na ordem de classificação estabelecida de acordo com o item 10 deste Termo de Referência. A cada convocação do Leiloeiro será lavrado novo contrato da mesma forma.

### 17. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fiscalização será realizada por servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A Administração poderá revogar o presente Credenciamento por interesse público, devidamente justificado, sem que caiba ao participante direito a indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.





**Praça Cônego José Lourenço, 42 – Tel. (75) 3628-2021 Fax – (75) 3628-2047**  
**CNPJ – 13.827.027/0001-02 – CEP – 44. 550-000 – São Felipe – Bahia**



Referência: Credenciamento nº...../ .....Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba

- Na condição de leiloeiro público matriculado na Junta Comercial do Estado da Bahia, conforme acima qualificado, venho solicitar credenciamento para realizar os leilões que se fizerem necessários a fim de que a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba possa alienar, em conformidade com o que prescreve a Lei nº 13.303/16 e demais disposições aplicáveis, bens patrimoniais móveis e materiais inservíveis de sua propriedade, considerados sucateados, irreuperáveis, inservíveis, e/ou de antieconômicos.

- Carteira de Exercício Profissional e/ou cópia da Portaria emitida pela Junta Comercial da Bahia;
- Carteira de identidade e C.P.F.;
- Certidões negativas dos distribuidores civis e criminais do Estado da Bahia. Também me comprometo a manter os acima citados meios de comunicação (telefone e e-mail) atualizados, para que a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba possa transmitir comunicações decorrentes deste processo de credenciamento, inclusive para me convocar para cada sorteio que definirá qual leiloeiro realizará cada alienação prevista.

Comprometo-me, caso demandado, a viabilizar a organização dos lotes para vistoria pelos interessados e realização da alienação propriamente dita, sem nenhum ônus à Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba. Neste ensejo, também declaro, sob as penas da lei que:

- a)** tomei conhecimento da íntegra do Edital de Credenciamentonº e seus anexos, concordando plenamente com seus termos, condições e exigências nele contidas;
- b)** cumpro o disposto no XXXIII do art.7ºdaConstituiçãoFederal;
- c)** inexistem fato(s) que impeçam minha habilitação e estou ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências que venham a se verificar posteriormente, caso firmemos contrato com a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba.

$$, \quad / \quad (\text{local e data})$$

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO LEILOEIRO OU DE SEU PREPOSTO







Assinatura: \_\_\_\_\_



















## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE**

10.3. Demais hipóteses de impedimento previstas no Decreto nº 21.981/32 e legislação posterior.

10.3.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

10.3.1.1. I - Advertência;

10.3.1.2. II - Multa, na forma prevista no contrato;

10.3.1.3. III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.3.2. Atraso até o 2º (segundo) dia, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da avaliação dos bens a serem leiloados;

10.3.3. A partir do 3º (terceiro) dia até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 5% (cinco por cento), caracterizando-se a impossibilidade da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso sem prejuízo da multa de até 10% (dez por cento).

10.3.4. A critério da Prefeitura Municipal de São Felipe/Ba poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação do serviço for devidamente justificado pelo Leiloeiro Oficial contratado, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Administração, que fixará um novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

10.3.5. As multas previstas nesta seção não eximem o Leiloeiro Credenciado e contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes.

11.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, o Contrato poderá ser rescindido por decisão unilateral da Comissão de Desfazimento de Bens Móveis na hipótese de inexecução total ou parcial de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

11.2.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado ao CONTRATADO:

12.1.1. Transferir, ceder, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais CLÁUSULAS estabelecidas neste Contrato, sem a expressa e formal anuência da Contratante.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

13.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE

privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

13.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

13.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

13.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

13.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Município de São Felipe, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

13.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o Município de São Felipe estará exposto.

13.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

13.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do Município de São Felipe e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

13.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Município de São Felipe, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

13.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao Município de São Felipe, mediante solicitação.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE

13.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Município de São Felipe, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

13.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

13.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

13.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao Município de São Felipe a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

13.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Município de São Felipe e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

13.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional, decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo Município de São Felipe para as finalidades pretendidas neste contrato.

13.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo Município de São Felipe.

13.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos entre as partes, segundo as normas federais aplicáveis

